Anais de Resumos Expandidos
VII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais
ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 7 (2025)

Astúcias do jornalismo na defesa de Direitos Humanos[1]
Journalism's cunnings defending Human Rights

Marlos Augusto Rangel Mendes

Palavras-chave: Jornalismo; Direitos Humanos; Cotidiano.

O presente trabalho busca articular os conceitos de "arte do dizer" (Certeau, 2014, processos de codificação e decodificação, posições de decodificação e corrente sintagmática (Hall, 2013), além da estrutura dos preconceitos no cotidiano (Heller, 2014) para analisar veículos jornalísticos nativos digitais sem fins lucrativos, como *Ponte Jornalismo*, que atua no combate a violações e na defesa de Direitos Humanos, e *AzMina*, com trabalho semelhante em defesa das mulheres, ambos com abordagem interseccional (Collins, Bilge, 2020). A hipótese é que a prática do jornalismo pode ser interpretada como uma arte de dizer em que as astúcias da inteligência são, principalmente no contexto da sociedade midiatizada, aplicadas por esses veículos no intuito de quebrar o discurso dominante das correntes sintagmáticas formadas pela mídia hegemônica, fortalecendo posições de código de oposição na decodificação e contribuindo para o combate efetivo aos preconceitos.

Introdução

Nas pesquisas que liderou sobre a vida cotidiana, Michel de Certeau (2014) investigou a relação entre cultura e consumo, entre a cultura e as "operações dos usuários supostamente entregues à passividade e à disciplina" (p.37). Seu objeto eram

[1] Trabalho apresentado ao VII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. POSCOM-UFSM. Santa Maria, RS. ECA-USP. São Paulo/SP.

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 7 (2025)

os usos que os consumidores fazem dos produtos da cultura, que não são explicitados, mas circulam em intrincadas e sorrateiras redes de sentido, uma "outra produção [...] astuciosa e dispersa, mas [que] ao mesmo tempo se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível" e que se faz notar "nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante" (Certeau, 2014, p.39)

As investigações, portanto, concentram-se nessas operações, usos, artes de fazer e de dizer. Para refutar a ideia de passividade do público, Certeau apresenta as categorias estratégia e tática. A estratégia pertence ao mais forte, àquele que domina o espaço, que controla a produção da "cultura" hegemônica. A tática pertence ao mais fraco, àquele que se movimenta em um espaço que não domina e aproveita ocasiões favoráveis para subverter a desvantagem, usando "astúcias" e "bricolagens". O autor encontra um paralelo na métis da Grécia Antiga, uma forma de inteligência intrinsecamente ligada ao fazer, um saber que deriva da experiência, que se mantém latente no tempo e culmina em ação quando surge o momento oportuno, permitindo que o mais fraco vença o mais forte, um saber que transita no limite entre a astúcia e a trapaça.

Essa visada é ancorada em Detienne e Vernant (2008), que colecionam relatos em que a métis é citada, a começar por Homero. Para Certeau, essas histórias não são metáforas ou alegorias, relatos a espera de decifração. "Esses contos, histórias, poemas e tratados para ele [Detienne] já são práticas. Dizem exatamente o que fazem. São o gesto que significam. (Ibid., p. 143)". Em suma: "O relato não exprime uma prática. Não se contenta em dizer o movimento. Ele o faz" (Ibid., p. 144).

Essa ideia de um relato que ao dizer também faz pode ser atribuída ao jornalismo, prática em que conteúdo e a forma compõem sentidos, em que a rotina dos profissionais requer astúcias e táticas para vencer as adversidades. Tomemos as palavras de Certeau e pensemos no jornalismo:

> Consagra-se a uma forma de inteligência sempre "mergulhada numa prática" onde se combinam "o faro, a sagacidade, a previsão, a

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 7 (2025)

> flexibilidade de espírito, a finta, a esperteza, a atenção vigilante, o senso de oportunidade, habilidades diversas, uma experiência longamente adquirida. [...] a métis tem muita afinidade com as táticas cotidianas por "seus gestos manuais, suas habilidades e seus estratagemas", e pela enorme gama das condutas que abrange, desde o saber-fazer até a astúcia. (CERTEAU, 2014, p. 145)

A hipótese deste artigo é de que essas características da métis e das "astúcias" podem ser aplicadas para compreender veículos jornalísticos nativos digitais sem fins lucrativos que atuam na defesa dos Direitos Humanos, ou seja, veículos não hegemônicos que intentam quebrar as correntes sintagmáticas dos veículos hegemônicos e criar alternativas, na esfera da decodificação, à posição de código hegemônica e fomentar as posições de código de oposição, conceitos de Stuart Hall que veremos mais adiante.

Os aportes teóricos citados serão usados para embasar a análise dos veículos *Ponte Jornalismo* e *Az Mina*. Os dados são de entrevistas com Fausto Salvadori Filho e Thais Folego Gama, fundadores dos veículos, produzidas para o Reconfigurações Jornalísticas[2], projeto da Universidade Federal Fluminense (UFF) que integra a Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD). Reportagens e outros conteúdos são citados como exemplo.

Argumentação

Em Codificação/Decodificação (2013), Stuart Hall investiga a recepção das mensagens televisivas e propõe descrever o circuito comunicacional em termos de produção; circulação; distribuição/consumo, reprodução. Assim, elege como objeto de

[2] Disponível em https://www.reconfiguracoesjornalisticasuff.com Acesso em 31 mar. 2025

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 7 (2025)

pesquisa “significados e mensagens sob forma de signos-veículo organizados[...] pela operação de códigos dentro da corrente sintagmática de um discurso” (Hall, 2013, p.429).

Interessa-nos o conceito de corrente sintagmática. Hall postula que “é nessa forma discursiva que a circulação do produto se realiza”, bem como sua distribuição para diferentes audiências. “Uma vez concluído, o discurso deve ser traduzido — tornado de novo— em práticas sociais para que o circuito ao mesmo tempo se complete e produza efeitos (Ibid., p.429). A passagem das formas entre a codificação e a decodificação é negociada, socialmente construída, acionando “mapas de sentido”, “mapas da realidade social [que] contém ‘inscritos’ toda uma série de significados sociais, práticas e usos, poder e interesse” (Ibid., p. 438).

Hall propõe que há três posições de decodificação, com graus diferentes de alinhamento ao sentido pretendido: posição hegemônica dominante; posição de código negociado; posição de código de oposição. A posição hegemônica dominante é assumida quando o receptor se alinha integralmente ao emissor, ou seja, decodifica a mensagem nos termos do código referencial, “operando no código dominante” (Ibid., pp. 442-443). Na posição de código negociado, ele aceita em certa medida as “definições dominantes dos acontecimentos”, mas se reserva pontos de discordância, de negociação (Ibid., pp.444-445). Na posição de código de oposição, o receptor “decodifica a mensagem de forma globalmente contrária” (Ibid., p.445). “Aqui se trava a ‘política de significação — a luta no discurso” (Ibid., p.446).

Abordar posições de decodificação e produção de sentidos no cotidiano implica considerar os mapas de sentido do polo receptor, dos quais fazem parte os preconceitos. Segundo Heller (2014) “O preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos” (p. 63). O pensamento cotidiano é fixado na experiência, empírico e ultrageneralizador”. As ultrageneralizações são alcançadas por meio de “estereótipos, analogias e esquemas já elaborados” ou que “são ‘impingidos’ pelo meio” e são “inevitáveis” (Ibid., p. 64). A ultrageneralização é um “juízo provisório” porque se

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 7 (2025)

antecipa à ação e pode não ser confirmado na prática. Para Heller, o preconceito é um tipo particular de juízo provisório, que não muda mesmo quando refutado pela ciência ou experiência. A autora localiza nas "classes dominantes" a origem da maioria dos preconceitos e a eles atribui a função de manter a "coesão de uma estrutura social que lhes beneficia" (Heller, 2014. p.77)

Considerando os meios de comunicação hegemônicos instrumentos a serviço das classes dominantes, podemos afirmar que, em alguma medida, eles veiculam e reforçam preconceitos? Acreditamos que, apesar dos códigos deontológicos e éticos em que o jornalismo apoia sua autoridade, em certa medida, sim, porque, ao buscar uma posição de isenção em nome do ideal da objetividade, o jornalismo pode não oferecer contexto e crítica suficientes, reforçando ou, no mínimo, não contribuindo para reduzir a posição de codificação hegemônica. Como alternativa, que veículos jornalísticos nativos digitais e sem fins lucrativos oferecem formas reconfiguradas de jornalismo, aplicando novas abordagens, como a interseccionalidade.

Segundo Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), uma definição de interseccionalidade aceita pelo senso comum seria:

> A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS, BILGE 2020, pp. 19-20)

Assim, pode-se considerar que as distinções sociais como raça, gênero, classe social, sexualidade, entre outras, não são vivenciadas no cotidiano como formas excludentes de segregação e opressão, mas em múltiplas combinações. A

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 7 (2025)

interseccionalidade oferece, assim, uma relevante ferramenta analítica para a compreensão da realidade social e elaboração e aplicação de estratégias de luta social.

Considerando o papel do jornalismo no debate público e na transformação social, cabe perguntar se poderia ser praticado com abordagem interseccional e, dessa forma, lançar luz sobre temas invisibilizados. A seguir, veremos dois exemplos de abordagem interseccional aplicada ao jornalismo: *Ponte Jornalismo* e *AzMina*.

A Ponte Jornalismo foi criada em 2014 com o objetivo de denunciar violações de Direitos Humanos em regiões periféricas enfatizando questões de raça, gênero e classe com objetivo de "amplificar as vozes de grupos historicamente invisibilizados", "evitar falsas equivalências e deixar claro na reportagem essa relação de poder", diz Fausto Salvadori Filho, um dos fundadores. A Ponte contribuiu para a libertação de pessoas por meio de reportagens que demonstraram que as prisões e condenações foram baseadas em reconhecimentos mal feitos e flagrantes forjados. O veículo conquistou duas vezes o Prêmio Vladimir Herzog em 2017 e 2019 , entre outros reconhecimentos.

AzMina começou em 2015 como revista digital e foi ampliada para os projetos de jornalismo de dados *Elas no Congresso*, *PenhaS* e *Mapa das Delegacias das Mulheres*, todos sob a ONG Instituto AzMina. O projeto foi criado por um grupo de mulheres insatisfeitas com a cobertura de temas como violência contra a mulher, direito reprodutivo, representatividade de pessoas negras, ou seja, com a "falta total de diversidade de gênero, racial e outros cruzamentos na imprensa", segundo Thais Folego Gama, uma das fundadoras.

Durante a pandemia, AzMina integrou um pool que apurou dados da Covid nas periferias, que resultou na série "Um vírus, duas guerras" , com dados e reportagens sobre o aumento dos casos de feminicídio no país. A reportagem que de maior repercussão foi "Como é feito um aborto seguro", de 2019, que viralizou ao mostrar quando a mulher tinha o direito garantido por lei de interromper a gravidez e como acessar os serviços para fazê-lo. A reportagem resultando em ataques ao site, a membros da equipe, e em um inquérito policial promovido pela então ministra Damares

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 7 (2025)

Alves sob acusação de “apologia ao crime de aborto”. O inquérito constatou que único “crime” foi o de praticar bom jornalismo.

Foram criados os projetos *PenhaS*, aplicativo em que a mulher vítima pode pedir ajuda, *Elas no Congresso*, ferramenta que monitora propostas apresentadas pelo Legislativo sobre direitos da mulher, e a ferramenta de busca Mapa das Delegacias da Mulher.

Considerações finais

Com base em Certeau, Hall e Heller, tentamos mostrar como veículos nativos digitais sem fins lucrativos trabalham com táticas do mais fraco e abordagem interseccional para combater as correntes sintagmáticas e posições de leitura hegemônica, dar visibilidade e ferramentas de luta social aos grupos minorizados e contribuir para transformação social.

Referências

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020. E-book.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

DÉTIENNE, Marcel; VERNANT, Jean-Pierre. **Métis**: as astúcias da inteligência. São Paulo: Odisseus Editora, 2008.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013

HELLER, Agnes. **Cotidiano e História**. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, 2014.